

Jovens Privados de Liberdade

Análise de Estudos de Caso em Portugal

Ricardo Martínez

Inês Sá

INTRODUÇÃO

A dificuldade em obter dados sobre a reincidência de actos delinquentes por jovens que passaram por centros educativos em Portugal, de dados que permitam caracterizar o perfil sociocultural dos mesmos e as razões que os levaram a delinquir e a reincidir, levaram-nos a inflectir o rumo da nossa investigação e a termos de nos debruçar sobre casos de jovens delinquentes que se encontram em prisões.

A ideia fundamental, já que não seria possível sabermos das razões da reincidência de jovens em centros educativos, nem de quantos dos que por estes passaram vieram a dar entrada em prisões, passou a ser a de, pelo menos, tentarmos compreender como é que estes jovens, tendo eventualmente passado por instituições de protecção e centros referidos, acabaram por não alterar a sua vida e os seus comportamentos sociais e acabaram por cumprir o ciclo da institucionalização.

Assim, esta reflexão incidiu sobre 26 casos, correspondendo a jovens com idades entre os 20 e os 25 anos, com penas geralmente longas, na sua maioria superiores a 10 anos, correspondendo à acumulação de crimes e / ou a homicídios cometidos.

Os jovens entrevistados foram previamente informados pelos técnicos do estabelecimento prisional dos objectivos dos entrevistadores e do projecto europeu “STOPCar”, tendo acedido a responder às questões, o que não se veio a confirmar de todo visto que, posteriormente, cerca de metade dos mesmos, ao comparecerem perante os entrevistadores, manifestaram a sua indisponibilidade em participar na entrevista...

Contudo, ao ser-lhes explicado que os entrevistadores não pertenciam aos serviços prisionais nem à justiça, que representavam uma instituição de solidariedade que se ocupava de jovens com comportamentos sociais problemáticos e que apenas pretendiam aprender com eles a como evitar que os jovens que acompanhavam na instituição não viessem a passar por prisões como no seu caso, o gelo de imediato se quebrou e a disponibilidade passou a ser absoluta, tendo-se as entrevistas abertas, previstas para durarem 15 minutos, transformado em conversas que duraram mais de duas horas, com excepção de dois casos que mantiveram a sua disposição em não colaborar.

Quanto aos restantes 24 casos, o seu comportamento, que de um ponto de vista pessoal nos agradou e que representa também o interesse em colaborar com aqueles que se preocupam com jovens como eles já o foram, representa simultaneamente um aspecto negativo, que é o da negação ou resistência às instituições de justiça, de desconfiança pelos técnicos das mesmas, o que evidencia o seu fechamento e a negação a uma possível ajuda técnica, a continuidade de uma situação de isolamento em meio prisional, o que na prática poderá significar a não compreensão dos seus actos delituosos e consequentemente a sua não (re) socialização, a sua não recuperação social.

A - ANÁLISE DOS 24 CASOS ABORDADOS

1. ÁREAS URBANAS E DEPENDÊNCIA FAMILIAR

Os 24 casos abordados correspondem a jovens residentes em áreas urbanas (só dois correspondem a zonas rurais), vivendo todos eles em casa de familiares, em família alargada ou restrita, o que significa não terem nunca constituído o seu próprio agregado familiar.

2. AUSÊNCIA OU ENFRAQUECIMENTO DA FIGURA PARENTAL

Nestes agregados a ausência da figura do Pai é flagrante, verificando-se em apenas 6 dos casos a sua presença e mesmo nestes revelando um enfraquecimento ou desadaptação relativamente às responsabilidades parentais.

É também evidente que os adultos que fazem parte dos restantes agregados têm um papel educativo pouco significativo, quer sejam representados por mães pouco firmes, avós desgastados ou familiares mais afastados, como seja o caso de primos.

3. FAMÍLIA EXTENSA E COM PROBLEMAS DE ESTRUTURAÇÃO

Significativo dos problemas de organização familiar poderá ser o facto de que verificando-se que em apenas 25 % dos casos existia figura do Pai, em 50% do conjunto dos casos estudados o agregado ser constituído por três ou mais filhos, sendo em dez dos casos, superior a quatro filhos.

4. PRECOCIDADE DE ACTOS DELINQUENTES E SENTIDO DE IMPUNIDADE

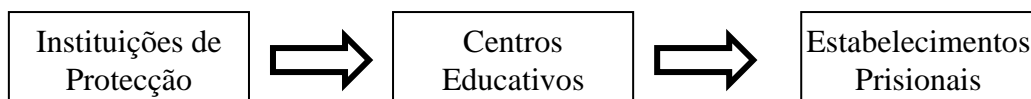
Comum ao discurso dos entrevistados é o reconhecimento da precocidade de iniciação em actividades delituosas, tendo-se quase todos iniciado com pequenos actos considerados socialmente desadequados e sem que tenham sofrido por isso qualquer reparo por parte dos adultos. A continuidade desses mesmos actos, sem qualquer contenção, levou a que alguns se iniciassem em actividades delituosas em idades muito precoces, tendo alguns iniciado tais actividades com 7, 8 ou 9 anos de idade.

Também quase todos reconhecem que até terem sido identificados e descobertos pela justiça, como infractores, cometeram muitos outros delitos, aumentando o rol das suas experiências negativas e reforçando o seu sentido de impunidade perante a justiça.

5. PRECOCIDADE DE SITUAÇÕES DE INSTITUIÇÃO

No conjunto dos casos estudados, existem alguns de instituição precoce, com 5 e 6 anos de idade, em instituições de protecção, existindo alguns que com apenas 10 anos já tinham dado entrada em centros educativos.

Analisando os 24 casos que fazem parte deste estudo, verificamos que 5 fizeram o percurso completo da institucionalização:



Em alguns casos, os jovens entrevistados foram condenados com idades entre os 16 e os 18 anos.

Algo preocupante é a constatação de que os entrevistados não reconhecem qualquer tipo de intervenção mediadora de serviços oficiais, de qualquer apoio social ou psicológico às suas famílias, bem como não recordam qualquer tipo de intervenção técnica enquanto utentes das instituições por onde passaram, não recordando nomes de técnicos que com eles tenham tido intervenção, como se verá nos pontos seguintes.

6. CAUSAS IDENTIFICADAS PARA OS PRIMEIROS ACTOS DELINQUENTES COMETIDOS

Praticamente todos os entrevistados apontam como causas explicativas para os seus comportamentos delituosos, características pessoais, problemas familiares e na escola e influência do grupo e do bairro onde viveram.

6.1. Características pessoais

Quanto às características pessoais, são vistas como excepções, e reconduzem-se aos problemas cognitivos e às necessidades educativas especiais / deficiências auditivas, em dois dos casos analisados.

Em alguns dos casos, são apontadas causas que se prendem com problemas emocionais graves, que provocaram grande sofrimento e infelicidade, como a morte de parentes muito próximos e significativos, como a de mãe, irmão, pai ou avós, bem como em sentido inverso, a ausência de quaisquer relações afectivas com a família próxima, pais e irmãos.

Genericamente, quase todos os entrevistados apontam a imaturidade e a inconsciência pelas consequências dos actos praticados, justificados como próprios da juventude, por sentimentos interiores fortes, incontroláveis, que induzem à violência e a actos maldosos, por inconsciência, relativamente ao valor da vida e da liberdade, relacionadas com a idade precoce em que iniciaram tais actividades.

Não deixam de ser significativas as causas atribuídas, pela generalidade dos entrevistados, a aspectos socializadores deficitários que serão, nas suas perspectivas, responsáveis por:

- incapacidade de comunicação com os outros;
- consequente isolamento e fechamento sobre si próprio que potenciam tentativas de resolução de problemas pelos seus próprios e únicos meios;
- baixa resistência à frustração;
- pouca capacidade para receber e aceitar críticas e sugestões de adultos;
- baixa auto-estima e insegurança pessoal que propiciam uma total influência e dependência do grupo;
- incapacidade para se concentrar em actividades escolares e de aprendizagem;
- incapacidade para partilhar espaços formais, estruturados, interiores;
- necessidade incontrolável de sentir adrenalina, activada pela prática de actividades delinquentes, como necessidade de testar limites e cuja repetição induz situações de

dependência, de adição, quando não existem nem o controlo nem a punição por parte de adultos.

6.2. Problemas familiares

Ao nível dos problemas familiares, identificam-se dois tipos de respostas: problemas de saúde dos familiares de referência e ausência de autoridade parental.

No caso dos problemas de saúde, como anteriormente foi focado, existem casos de morte de familiares muito próximos, mas também problemas de alcoolismo e toxicodependência com consequentes comportamentos de maus-tratos ou negligência.

Contudo, é a ausência de autoridade parental que os entrevistados mais identificam como causas dos seus comportamentos delinquentes.

Entre as respostas mais significativas estão:

- os procedimentos e modelos contraditórios de educação entre Pai e Mãe;
- a falta de autoridade parental e desorganização familiar que se reflectiu, por exemplo, no não cumprimento de horas de deitar e consequente falta de condições para levantar a horas e ir à escola; no desconhecimento das companhias dos filhos e no não controlo das horas de entrar em casa, na não exigência de resultados escolares e no não controlo do absentismo; na não oposição à desistência da escola e na não oposição ao trabalho precoce e ao controlo dos resultados monetários do mesmo. Ou seja, na ausência ou insuficiência de controlo dos pais sobre os actos dos jovens, “ninguém tinha mão em mim...”, como referiram muitos dos entrevistados.

Também significativas são as afirmações de pouca atenção e de pouco tempo dos pais para os filhos, de sentimento de falta de diálogo e de apoio por parte da família, quer por os pais estarem muito tempo fora de casa, por serem emigrantes, ou por os pais se terem separado e deixarem de prestar atenção aos filhos, deixando-os em liberdade absoluta, entregues a si mesmos, não tendo consciência da pressão das companhias da escola e do bairro.

Em 1/3 dos casos, existe ainda um factor considerado pelos entrevistados como significativa para a adopção de actos delituosos: terem irmãos mais velhos delinquentes, terem o pai na prisão por períodos significativos e haver abandono do lar e dos menores pela mãe.

Em todas estas situações é patente a incompreensão e a revolta dos jovens, pelo que numa primeira fase é-nos dito que os actos delituosos assumem um papel de “vingança” contra os adultos, transformando-se posteriormente numa situação de dependência, aditiva, de auto-afirmação e auto-valorização pessoais.

6.3. Problemas na Escola

Pelo teor das entrevistas, é-nos transmitida claramente a ideia de que o absentismo e o abandono escolares são duas das causas fundamentais para a adopção de comportamentos sociais desadequados e para a entrada consequente na delinquência e a continuação de uma vida dedicada à criminalidade.

Contudo, as causas primeiras para estes comportamentos encontram-se no funcionamento da escola, nomeadamente pelo desacompanhamento dos alunos na transição do 1º para o 2º ciclo de

escolaridade, ao não se acautelarem as influências de colegas mais desmotivados e mais problemáticos; pelos métodos utilizados pelos professores quando se centram em absoluto no funcionamento do espaço “aula”, o que penaliza prioritariamente os alunos não treinados e preparados para funcionarem num espaço fechado; por não saberem ajudar os alunos a aprenderem a estudar; por não serem adoptadas medidas adequadas de contenção dos alunos mais problemáticos, com prejuízo para o funcionamento das aulas, pelo laxismo de alguns professores face a atitudes abusivas de alguns alunos, deixando-os perturbar as aulas ou permitindo que saiam destas sem faltas, sem penalizações, ou não sabendo valorizar os progressos dos alunos, de forma a evitar a sua baixa auto-estima.

Alguns desses progressos representam muitas vezes grandes esforços por parte dos alunos, sem que tal seja perceptível pelos professores, o que se afigura desmotivante, nomeadamente para os que são oriundos de meios mais desfavorecidos ou de famílias mais ausentes, pelo que muitas vezes comportamentos menos adequados representam a única forma de valorização do jovem para que seja reconhecidos e valorizados pelos parceiros ou colegas.

6.4. Grupo / Bairro / Percepção sobre justiça... delinquência e... criminalidade

Decorrente das entrevistas realizadas, parece-nos que este ponto é fundamental para a compreensão das causas e da escalada da delinquência juvenil nos últimos anos em Portugal e, depois, das causas da criminalidade jovem.

Segundo os entrevistados, o abandono da escola, a necessidade premente sentida pelos jovens dos bairros problemáticos em afirmarem-se, nomeadamente perante os outros e “as mulheres”, através da posse de vestuário de marca e de material electrónico e, simultaneamente, os problemas de dinheiro com que se debatem, nomeadamente para adquirirem tais produtos, induzem à adopção de comportamentos delinquentes, nomeadamente de furtos.

Estes comportamentos são considerados “normais” em bairros onde é fácil entrar na vida do crime e onde “de casa para a rua... muita coisa acontece”.

As companhias do bairro e a vontade de “ser independente” exercem um poder determinante quando os jovens não são suficientemente fortes para resistir à pressão daquilo que consideram ser “dinheiro fácil” e “uma forma de vida”, a delinquência.

A grande influência do grupo de pares, o próprio ambiente dos bairros e a dependência do grupo, levam os jovens a “fazer asneiras”, a assaltar e a roubar, nomeadamente viaturas.

Esta situação tem tendência a agravar-se quando os jovens têm a percepção das dificuldades da vida dos adultos com que convivem, nomeadamente quando não conseguem arranjar ou manter o trabalho.

Comum às respostas dadas, é o sentimento de que a justiça ao ser “ausente” ou demasiado “leve” para os actos delituosos iniciais, por não acompanhar efectivamente os seus autores e por não dar resposta adequada e firme a tais actos, acaba por incentivar os jovens à escalada na criminalidade.

Tal sentimento de impunidade que os jovens sentem quanto aos pequenos delitos que inicialmente cometem e a repetição destes, desencadeiam sensações agradáveis provocadas pela adrenalina, o que torna tais comportamentos viciantes.

Como alguns entrevistados referiram, “a adrenalina leva ao crime continuado...viciante. Começa por pouco e é cada vez mais difícil de controlar”.

7. CAUSAS DO AGRAVAMENTO DOS COMPORTAMENTOS

Algumas das opiniões expressas pelos entrevistados reforçam claramente a ideia de que as instituições existentes não dão as respostas esperadas, nomeadamente quanto à preparação dos seus utentes para uma vida autónoma, independente.

Isto é referido por quem já passou por estabelecimentos prisionais e se sente “atirado” para a sociedade, quando posto em liberdade, sem projecto de integração, sem meios de sobrevivência, sem um mínimo de segurança para reiniciar uma nova vida, quase sempre totalmente desconhecida e temida pelos ex-reclusos.

Em alguns casos, a existência de pena suspensa e simultaneamente a falta de apoio técnico necessário e próximo, não evitam as pressões do grupo e do ambiente do bairro.

Mais, relativamente aos Centros Educativos, as causas centram-se em aspectos como: as más companhias e o contacto com os outros; a revolta pela incompreensão das razões da limitação ou privação da sua liberdade, quando não são percebidos os efeitos benéficos dessas medidas; o afastamento da família, quando os CE se localizam longe da morada dos familiares mas, fundamentalmente, os actos repetidos de fuga colectiva dos CE's.

8. RESPOSTAS INSTITUCIONAIS / INSTITUIÇÕES DE PROTECÇÃO E CE

Relativamente a este ponto, para os entrevistados, quer os técnicos de instituições de prevenção, quer os dos CE, pouca ou nenhuma intervenção tiveram na sua vida e nos eventuais processos de socialização ou reinserção social, mesmo quando nessas instituições passaram alguns anos da sua vida.

As razões para tal, devem-se a dois tipos de factores: uns devido à desconfiança dos próprios jovens face aos técnicos das instituições, o que é fácil de compreender quando afirmam que “os jovens sentem que os técnicos dos CE gostam de exercer o poder...pelo poder.

Os jovens sentem-se isolados e ameaçados... sentem o medo de até poderem ser mortos...” ; os outros, por reconhecerem que existem “muitos jovens e um número insuficiente de técnicos”, quer considerando o número absoluto dos mesmos, quer considerando que os jovens necessitam de uma atenção que os técnicos não podem prestar.

Por essas razões, os jovens também não procuram os técnicos e acham que a sua pontual atenção nunca os poderá ajudar e por isso qualquer tipo de contacto é uma perda de tempo.

Por considerarem estes factores, os jovens consideram que os CE não podem responder às dificuldades que os jovens sentem de reinserção social.

Há ainda alguns factores relacionados com a aplicação da justiça que não ajudam ao reconhecimento dos comportamentos desadequados dos jovens, nomeadamente quando não compreendem as razões da privação de liberdade e quando consideram que “a justiça não foi justa”, por não ter sido aplicada atempadamente ou porque para crimes idênticos existem penas muito diferentes e critérios distintos e incompreensíveis.

Para tal incompreensão existe também o argumento de que tendo os jovens passado por vários CE, nunca tiveram explicações por parte da justiça, nunca os juízes falaram com eles, os ouviram.

Estes argumentos, podendo ou não ser verdadeiros, não deixam de ter impactos negativos no processo de reconhecimento dos actos praticados, visto que estes não os reconhecem e por isso não integram as regras sociais existentes.

De todos os entrevistados, só um afirmou ter gostado de todos os técnicos, sendo significativo que todos eles pertenciam ao mesmo CE, não se aplicando este critério de aceitação aos técnicos dos outros centros por onde passou.

Esta situação de desagrado ou de indiferença pelo papel dos técnicos é reveladora quando nos restantes casos, os entrevistados na grande maioria dos casos não sabe um único nome de um técnico, mesmo tendo passado por várias instituições e durante um período de tempo alargado, ou até quando alguns referem que o técnico que recordam foi o treinador de futebol, a professora ou, num único caso, o educador.

9. APOIO À FAMÍLIA QUANDO ENTROU PARA CE

O sentimento de desamparo social ou institucional é revelado quando praticamente todos os entrevistados referem que nunca deram por a família ter recebido apoio da Segurança Social, nomeadamente quando familiares próximos, pai ou irmãos mais velhos foram presos ou internados em CE.

10 - PERSPECTIVAS DE FUTURO

Este sentimento de abandono e o sentimento de que nada de bom poderá ocorrer na sua vida futura, faz com que as perspectivas de futuro sejam muito reduzidas.

Assim, a maioria dos entrevistados, expressando que não pretendem voltar a uma situação de reclusão, acabam por reconhecer que acham muito difícil encontrar algum trabalho e serem de algum modo aceites na sociedade.

A agravar este sentimento, encontrámos uma baixa auto-estima generalizada, que leva os entrevistados a não reconhecerem as suas capacidades e a não identificarem os seus gostos.

Como excepção, estão os que já têm filhos e que pretendem acompanhá-los na sua vida, bem como os que descobriram que poderão, através do associativismo, ajudar outros jovens a não cair nas malhas da delinquência, o que só ocorreu em três dos casos.

11 – SUGESTÕES

11.1. O que se deveria ter evitado...

Segundo os entrevistados, “o caminho certo para evitar entrar no caminho da delinquência, é evitar más companhias”, é os jovens não se deixarem levar pelo grupo dos mais velhos (que é respeitado, mas que dão os maus exemplos, para depois porem os mais novos a fazer os trabalhos..., valorizando-os por isso”.

Num grande número de casos, os entrevistados reconhecem que é a baixa auto-estima que leva alguns jovens a praticarem acções que os valorizem e atribuam reconhecimento no grupo de pares.

11.2. O que se poderá vir a fazer...

Quase na globalidade, os entrevistados consideram que a forma de se evitar a delinquência juvenil passa pela atenção adequada da família e da escola para com os jovens (na linha do que foi apontado nos respectivos pontos anteriores), bem como por uma intervenção adequada nos bairros, pelo menos nos mais problemáticos, para evitar a pressão das “más companhias”, integrando os líderes mais “perigosos” em actividades...

Um outro aspecto sempre referido é o de uma atempada atenção aos actos delinquentes, mesmo aos mais simples e iniciais, considerando que só assim é que se poderão desmotivar os jovens de empreenderem uma vida viciante no crime, o que passa por uma “punição” mais imediata e dura e pela alteração da legislação, que desculpabiliza os jovens e proporciona o desenvolvimento de uma perspectiva de impunidade.

Para os casos onde se tenham já sentido medidas punitivas, os entrevistados propõem medidas de remediação ou compensação das vítimas, o que poderá passar por acordos com estas, após mediação, e pela realização de trabalhos comunitários, pelo menos para crimes menos graves, na sua opinião.

Um aspecto fundamental é também a existência de oficinas nos CE e nas prisões. Como alguns referem, “a formação profissional é quase inexistente, pouco adaptada e quase sempre sem conferir certificação, o que nada ajuda a uma posterior reinserção profissional”.

Neste sentido, os jovens entrevistados reconhecem que se os jovens saírem sem formação, sem creditação e sem efectivas perspectivas de trabalho, o que acontece actualmente, está posto em risco todo o processo de reabilitação.